

CONGRESSO / Depois da aprovação do Senado, Proposta de Emenda à Constituição que aumenta o estouro do teto de gastos em R\$ 168 bilhões tem tramitação iniciada na Casa nesta segunda-feira

PEC 32 começa a tramitar na Câmara

» VICTOR CORREIA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº32/2022, conhecida como PEC da Transição ou do Precipício, começa a tramitar hoje na Câmara dos Deputados. O texto original passou, com alterações, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário do Senado em uma vitória espaçosa para o governo eleito, com 64 votos nas duas votações.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pautou a proposta para a sessão plenária de hoje, após queimar etapas ao anexar o texto a uma matéria já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa. Mas a expectativa é de que a apreciação comece, de fato, na terça-feira devido à diplomacia do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na Câmara, porém, a expectativa é de uma resistência maior entre os parlamentares do que a ocorrida no Senado para aprovar a PEC em tempo hábil para incluir o aumento do limite do teto de gastos no Orçamento de 2023. Também há a pressão para não haver mudanças na matéria a partir de agora, o que impediria o ajuste do limite orçamentário para continuar pagando o Bolsa Família de R\$ 600 a partir de janeiro.

O texto da PEC da Transição aprovado pelo Senado reduziu o volume de despesas fora do teto de R\$ 198 bilhões para R\$ 168 bilhões, no teto de gastos, sendo R\$ 145 bilhões para o novo Bolsa Família e R\$ 23 bilhões para investimentos.

Lula está otimista com o avanço da proposta na Câmara. “Nós agradecemos profundamente aos senadores que votaram a PEC, que não é uma PEC do governo Lula, do futuro governo. É uma PEC do governo Bolsonaro, porque é para resolver o problema do orçamento”, declarou na última sexta o presidente eleito. “Eu já ouvi boatos de que a PEC vai ter problema na Câmara dos Deputados. Eu não acredito. Eu farei quantas conversas forem necessárias para que a PEC seja aprovada na Câmara como foi aprovada no Senado”, frisou.

Ontem, líderes do PT reuniram-se com Lira para negociar a tramitação do texto da PEC, especialmente a necessidade de que ele seja aprovado sem alterações e, assim, evitar que a matéria volte para o Senado. O presidente da Câmara ainda não definiu quem será o relator. Os cotados são Celso Sabino (União-PA) e Elmar Nascimento (União-BA).

Para ser aprovada na Câmara, a PEC precisa do aval de 308 dos 513 parlamentares da Casa — o equivalente a três quintos dos deputados —, em dois turnos. No Senado, o mínimo para a aprovação era de 49 senadores.

O deputado federal Márcio Macêdo (PT-SE), que integra o núcleo de articulação política da transição, conta com, pelo menos, 350 parlamentares. A expectativa da equipe de transição é que a votação ocorra até quarta-feira.

A resistência maior é entre os parlamentares da base aliada do presidente Jair Bolsonaro (PL). O líder do partido do presidente no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), declarou, na

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Arthur Lira queimou etapas para fazer a PEC da Transição tramitar diretamente no Plenário da Câmara, para não passar pela CCJ

308

Número mínimo de votos necessários para aprovar uma PEC na Câmara

semana passada, que a sigla quer reduzir ainda mais o valor do aumento do teto de gastos. “Há um alinhamento entre o PL no Senado e o PL da Câmara para reduzir lá o que não se conseguiu reduzir aqui”, disse Portinho a jornalistas no Salão Azul do Congresso. Na sexta-feira, deputados da legenda foram à tribuna criticar a medida proposta pelo governo eleito.

“Espero que esta Casa não dê o maior tiro nos seus pés. Aliás, tiro no ouvido, ao aprovar a PEC da Gastança, a PEC da Vergonha, a PEC do Fim da Responsabilidade Fiscal deste país”, vociferou o 1º vice-líder da legenda na Câmara, deputado Giovanni Chérini (PL-RS). “Eu sou contra o rombo no Orçamento, porque isso vai trazer inflação e destruição para o

país. Vai haver perda de empregos”, acrescentou o deputado general Eduardo Girão (PL-RN).

O PL tem a maior bancada da Casa, com 76 parlamentares. O PP, que também compõe a base de Bolsonaro, tem 56. Ambos os partidos, no Senado, orientaram contra a PEC. O Republicanos, por sua vez, orientou a favor da PEC no Senado. O partido Novo é outro que sinaliza em desfavor da matéria. Mas a expectativa é de dissidências dentro da base aliada de Bolsonaro. Estimativas iniciais dos partidos prevêem 30 parlamentares do PL; 35 do PP; e 29 do Republicanos que podem votar favoravelmente ao novo governo.

Orçamento secreto

O texto chega à Câmara em meio a um abalo nas negociações entre parlamentares do Centrão, do qual Lira faz parte, e a equipe do novo governo causado pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de ações que pedem a inconstitucionalidade das emendas do relator-geral, as RP9, criadas no atual governo e comumente conhecidas como o

“orçamento secreto” pela sua falta de transparência. Os pedidos foram protocolados pelo Psol, PSB e Cidadania.

A Corte começou a sessão na semana passada, e deve retomar os trabalhos na próxima quarta-feira. Os ministros ainda não deram seus pareceres quanto à validade do mecanismo. Uma das armas utilizadas pelo governo eleito na negociação com o Parlamento é que o texto apresentado no Senado inclui a antecipação de R\$ 23 bilhões referentes ao excesso de arrecadação que, se a matéria for aprovada, poderão ser usados para desfocar o orçamento do atual governo, que sofre com restrições. O dinheiro também poderá ser usado para liberar cerca de R\$ 7,7 bilhões em emendas de relator que, atualmente, estão bloqueadas por falta de verba.

Parlamentares expressaram preocupação com o julgamento de Lira, principal defensor do mecanismo. O presidente da Câmara, por sua vez, fez chegar as reclamações à articulação do governo eleito, inclusive a Lula. O petista é contra o orçamento, e avalia que o fim da medida

facilitaria a negociação com parlamentares em sua futura gestão.

O mal-estar desencadeou um esforço da equipe de transição e aliados para tentar descolar o julgamento do STF da tramitação da PEC. Em pronunciamento na sexta, Lula disse ser favorável às emendas, desde que haja transparência.

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, também se manifestou neste sentido. “São coisas independentes. O STF tem o papel de julgar aquilo que foi provocado. Desde o ano passado, já vem discutindo sobre o tema. O Congresso Nacional se fez representado através de sua advocacia”, declarou o senador, citando documento enviado à Suprema Corte pelo Congresso defendendo as emendas do relator-geral. “Entendo que não, são questões distintas”, respondeu o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), quando questionado se o julgamento pode atrapalhar a tramitação da PEC. “Acredito que, da mesma forma que o Senado fez uma manifestação expressiva, a Câmara também o fará”, completou.

Roque de Sá/Agência Senado



Marcelo Castro faz serão com técnicos para concluir relatório do Ploa

Castro quer apresentar Orçamento hoje

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento de 2023, deve apresentar até a noite de hoje, o relatório final. O parlamentar faz, com sua equipe técnica, “um serão” para adiantar a redação do texto, já contando com a aprovação da PEC da Transição na Câmara sem alterações. Ele adiantou ainda que as áreas da Saúde e da Educação serão as mais contempladas pelo documento, que deve ser aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira.

“Eu devo apresentar o meu relatório amanhã (hoje) à noite”, disse o senador a jornalistas após reunião com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PL), na noite de ontem.

Segundo ele, a equipe de consultores e assessores estão trabalhando e ele vai fazer serão para conseguir apresentar o relatório no prazo anunciado.

A PEC da Transição, aprovada na semana passada no Senado, está pautada para a sessão de hoje no Plenário da Câmara dos Deputados. A expectativa, porém, é que o texto seja apreciado a partir de amanhã. Castro espera que a matéria não sofra alterações na Casa. “Nós contamos que a PEC 0151 aliás isso é um compromisso prévio feito — que a PEC seja aprovada como foi no Senado para poder ser promulgada”, afirmou o senador, citando que espera a aprovação para terça ou quarta.

O aumento do teto de gastos,

inicialmente previsto em R\$ 175 bilhões, foi reduzido para R\$ 145 bilhões após acordo no Senado para garantir a aprovação da matéria. Sobre a mudança, Castro disse que será necessário diminuir o montante destinado a investimentos em relação ao planejamento inicial.

O senador também adiantou que a área mais contemplada em seu relatório é a da Saúde, que sofre com restrições no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2023 enviado ao Parlamento pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

“O Orçamento da Saúde de 2023 está R\$ 16,6 bilhões menor do que o de 2022. E ainda tem fila do SUS (Sistema Único de Saúde) para cirurgias eletivas,

principalmente por causa da covid-19, que precisa de um aporte adicional para poder fazer mutirões para vencer essas filas. Então, o orçamento da Saúde, dentre todos, é o mais contemplado”, disse. “Em segundo lugar, o da Educação. Porque as universidades, a merenda escolar, os IFs (Institutos Federais), vocês estão acompanhando e vendo que não tem recurso para nada. Aí depois vêm os outros orçamentos”, acrescentou.

O relator-geral do Orçamento citou também que o programa de habitação, que será renomeado para Minha Casa Minha Vida, e o Departamento de Infraestrutura de Transportes (Dnit) também precisam ter seus recursos recompostos. (VC)

Com o Cartão Material Escolar, a Beatriz garantiu até as mochilas para seus filhos estudarem. E, hoje, pode olhar pra frente e ver o futuro do DF ainda melhor.

Beatriz Marinho
Ganhou uma ajuda na educação dos filhos com o Cartão Material Escolar.

Tem um futuro melhor bem à nossa frente.

